

DOIS ANOS DE ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL (2007)

Nada de Novo – Desenvolvimento adiado

1- PRESTAR CONTAS

É obrigação de qualquer poder eleito prestar contas da sua actividade às populações, fazer o balanço do cumprimento dos programas eleitorais apresentados. Mas prestar contas não pode ser, como fez o actual executivo camarário, fazer um discurso mais ou menos elaborado, com jantar e tudo, por mais vitela aroquesa que se coma. Prestar contas deveria ser uma prática permanente de reunião com as populações, nas diversas freguesias, através de sessões descentralizadas da câmara, abordando os problemas concretos de cada uma, ouvindo críticas e sugestões, por mais incómodo que isso possa ser. Enfim, prestar contas tem de ser o aprofundamento da democracia participativa, proporcionando às pessoas, a todas e não apenas às mais próximas que se juntam para jantar e bater palmas, a possibilidade efectiva de se pronunciarem sobre a gestão da coisa pública e sobre as suas expectativas e necessidades.

Ora, o actual executivo camarário não fez nada disto, parecendo avesso a uma efectiva participação das populações, como avesso se tem mostrado à participação das forças políticas. É que a Câmara não tem cumprido a lei, o Estatuto da Oposição, pois não tem convidado a oposição a pronunciar-se sobre as propostas do Plano de Actividades. E isto, a participação efectiva das populações e o respeito pelos direitos da oposição, é que é realmente substantivo num processo democrático, muito mais que toda a simpatia que se possa irradiar, que todas as palmadinhas nas costas e todas as conversas prazenteiras, por mais mastigadas que possam ser.

2- DAS OPÇÕES

A avaliação da actividade de uma Câmara Municipal não pode ser só a avaliação quantitativa do realizado. O que essencialmente interessa não é tanto saber se foi feito muito ou pouco, mas saber se o realizado constituiu a opção correcta para o desenvolvimento do concelho. É esta vertente qualitativa que distingue as forças políticas e que estabelece a diferença entre uma gestão de continuidade e um conjunto de opções que claramente contribuam para um futuro melhor, para a construção de uma terra com mais qualidade de vida e em que o desenvolvimento harmonioso seja a matriz dominante.

Ora, o actual executivo limitou-se a uma política de continuidade – o que até nem admira, pois durante a campanha eleitoral sempre fez questão de se afirmar herdeiro do que para trás ficava – não conseguindo ter novas ideias, não implementando novas políticas, não aproveitando as potencialidades existentes, não sendo capaz, através de uma ideia nova e mobilizadora, de congregar os esforços e as vontades de todos os aroqueses na construção de um futuro melhor. Vejamos algumas questões fundamentais:

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – No seu Programa Eleitoral, o actual executivo apresentava a “Diplomacia Económica” como a grande arma para captar “investimentos nacionais e estrangeiros”. Que investimentos é que já aconteceram? Quantos postos de trabalho se criaram? Que mudou no nosso tecido produtivo? Infelizmente não há qualquer resposta positiva nesta matéria. No seu balanço o executivo camarário apenas refere algumas acções de continuidade, nomeadamente a melhoria das zonas industriais. Mas não fez nada de novo e mobilizador, como poderia ser a elaboração de uma **Carta de Potencialidades do Concelho** e a

consequente definição de claras vias de desenvolvimento e respectivos incentivos, ou dedicar especial atenção aos pequenos e médios industriais, estimulando a sua localização ou transferência para as zonas industriais ou parques de oficinas a criar, em condições vantajosas e a preços simbólicos. Tal como deveria ter procurado uma solução para o tratamento dos resíduos industriais e promovido, abrindo novos horizontes, a instalação de um **“Parque de Novas Tecnologias e Inovação”**.

No que se refere ao sector primário é, no mínimo, ridículo afirmar-se que a grande acção tem sido a promoção do consumo de vitela arouquesa (o jantar de balanço terá sido mais um contributo!). Onde estão as promessas feitas como a da “instalação de fábrica para a produção de queijo de arouquesa”, o “programa de fomento e apoio à agricultura biológica”, a “certificação dos produtos agrícolas locais”, a “reflorestação planeada e ordenada da nossa floresta”, a “criação de programas de apoio à recuperação de habitações para jovens casais de agricultores”? Tudo promessas cujo cumprimento não se vislumbra e de que não se prestaram quaisquer contas!

De facto, no sector primário não se fez nada, e seria bom, para um futuro diferente, que, em colaboração com as organizações do sector, se tivesse elaborado um estudo técnico-científico sobre a reconversão das práticas agrícolas comuns, a introdução de novas técnicas de produção e novas culturas; que se tivesse apoiado e dinamizado a agricultura de montanha; dinamizado a criação de estruturas de comercialização e transformação de produtos agrícolas através do incentivo à instalação de agro-indústrias; criado uma **Feira Nacional de Raças Autóctones** e se tivesse encarado como prioritária e decisiva a reflorestação das áreas ardidadas e o ordenamento florestal.

O ENSINO – A grande medida tomada pela Câmara, aquela que alterou alguma coisa, para pior, foi colaborar no encerramento de 16 escolas! E apresenta-se este facto como algo positivo porque os meninos seriam transferidos para pólos escolares dotados de melhores condições e com uma série de novas valências. O que realmente acontece são crianças a ter aulas em contentores, salas sobrelotadas, Educação Física em salas de aula, cantinas em espaços improvisados, sem condições nem dignidade; quanto aos famosos pólos escolares, ninguém sabe quando serão construídos. Com a agravante, e será isto o pior, de, ao colaborar com o encerramento de 16 escolas do concelho, se estar a contribuir para a desertificação das aldeias, em particular de todo o espaço da serra.

A Câmara, no seu balanço, refere uma quantidade de acções visando a melhoria dos espaços escolares, o que se louva, mas nada de decisivo em termos de um salto qualitativo e determinante no panorama do ensino no concelho. Por onde anda a prometida “criação de percursos alternativos ao Ensino Secundário, nomeadamente cursos profissionais”? É que o que temos é apenas a mistificadora via profissionalizante, que não prepara ninguém para o mercado de trabalho e que apenas serve para que o governo do engenheiro Sócrates faça propaganda com estatísticas sobre frequência e aproveitamento escolar. Nesta matéria seria importante, decisivo, trazer para Arouca o ensino profissional, objectivo que poderia ser alcançado através de um acordo com uma Escola Profissional vizinha, criando-se em Arouca um pólo dessa mesma escola.

O AMBIENTE E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – Sem qualidade ambiental e sem um correcto e eficaz ordenamento do território não há desenvolvimento sustentável, muito menos num concelho com as características e potencialidades naturais que o nosso tem e onde o turismo deve ser uma das apostas.

De facto o ordenamento da Serra da Freita continua por fazer, a recuperação e revitalização das aldeias tradicionais foi esquecida – sendo caso para perguntar por onde andam os projectos que tão apregoados foram – o rio Arda continua a ser um esgoto a céu aberto e por limpar (não obstante o acordo e o compromisso assumidos com a UPA), o saneamento do vale de

Arouca anda a passo de caracol (foi prometido como solução a “curto prazo”), os Planos de Pormenor, prometidos, “em núcleos urbanos de dimensão significativa” continuam por fazer, em grande parte do concelho a recolha de lixo continua a ser deficiente, e chega-se ao cúmulo de colocar avisos em algumas praias fluviais a informar de, nesses locais, não haver recolha de lixo e, por isso, pedir a colaboração dos visitantes (é uma inédita forma de promoção turística!). E não se diga que é por falta de dinheiro, porque o é apenas por opção, como se comprova pelo propósito de construir um auditório municipal que custará milhões de euros, sabendo-se da existência de salas de espectáculo subaproveitadas na vila.

Bom seria concluir o abastecimento de água com qualidade – é vergonhosa a persistência de muitas situações de água imprópria para consumo –; promover a construção das redes de saneamento e o tratamento dos efluentes; avançar no ordenamento da Serra da Freita e criar o gabinete com o mesmo nome, proposta há muito avançada pela **CDU** e entregue como recomendação na Assembleia da República; repovoar as serras e os rios e, sobretudo, proteger o rio Paiva da construção de qualquer barragem, bem ao contrário do que foi defendido pelo Sr. Presidente da Câmara em entrevista recente. É que a barragem não induzirá qualquer processo de desenvolvimento local (basta olhar por este país fora) e destruirá património natural que é um dos nossos trunfos maiores. Aliás, não se percebe como o Sr. Presidente da Câmara possa dizer ser defensor das praias fluviais, das águas bravas, da riqueza natural do rio, das aldeias tradicionais, e depois deseje que tudo isso seja destruído por uma barragem.

REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES – É correcta a atitude da Câmara ao exigir que o Governo avance rapidamente com a construção da rede viária da sua responsabilidade, nomeadamente a conclusão da variante. O que não é correcto é defender e fazer passar a ideia de que o desenvolvimento do concelho depende exclusivamente destas obras. Se não forem resolvidos os problemas que são competências da Câmara e não forem realizadas políticas correctas e inovadoras, não haverá rede viária que nos valha. E é preciso ser persistente, pois já falhou o desejado no programa eleitoral, “avanço imediato da 2ª fase da via estruturante”, e o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, aquando da sua estadia em Arouca, não se comprometeu, na intervenção que fez, com quaisquer datas para o arranque e conclusão da obra.

CULTURA E DESPORTO – A Câmara enuncia uma série de realizações, algumas de inegável valor artístico, mas tal não consiste numa política coerente cujo objectivo seja um efectivo desenvolvimento cultural e desportivo da população de Arouca. O objectivo fundamental da política nestes domínios não se deve resumir à promoção do consumo de espectáculos e acontecimentos culturais e desportivos, mas antes e primeiro que tudo promover a prática de actividades culturais e desportivas pela população em geral, nomeadamente através das associações e clubes. E isso implica um trabalho profundo de organização e formação, um diálogo permanente com as colectividades, um apoio claro e devidamente quantificado, a definição de objectivos a atingir. Não nos devemos satisfazer, não nos podemos satisfazer, com eventos mais ou menos grandiosos, dispendiosos, efémeros e pontuais, quando as colectividades não dispõem de meios para comprar uma bola ou um projector e quando não possuem meios técnicos que lhes permitam melhorar a qualidade das suas actividades e aumentar o número de praticantes de actividades culturais e desportivas.

FINANÇAS – É positiva a gestão financeira da Câmara Municipal. É bom que sejam satisfeitos os compromissos com os fornecedores em tempo útil. Como será bom planear e projectar devidamente as acções, de forma a evitar derrapagens financeiras ou os malfadados trabalhos a mais. Já agora fica a sugestão da **CDU** para que o primeiro critério de adjudicação de obras em concurso público deixe de ser o financeiro e passe a ser o técnico. É que o demasiado peso do critério financeiro é, muitas vezes, um convite a propostas demasiado baixas e tem como consequências, muitas vezes, um mau desempenho na execução da obra e a tentativa de aparecimento dos tais trabalhos a mais e das revisões de preços.

O PRESIDENTE – Sendo co-responsável, o primeiro responsável, pelas insuficiências enumeradas, há que lhe reconhecer uma grande virtude: com a sua postura e maneira de ser contribuiu decisivamente para desanuviar o clima de intransigência que antes se vivia e aliviar a crispação que antes fora construída na sociedade arouquense. Isto, contudo, não basta e importa trilhar caminhos de rigor e novas políticas.

A **CDU** não faz, pois, um balanço positivo da actividade da Câmara Municipal nestes últimos dois anos. Os nossos caminhos seriam outros, as nossas políticas seriam diferentes e passariam, prioritariamente, por:

- preservar, promover e desenvolver o mundo rural, como património cultural e económico fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável do concelho;

- preservar, promover e rentabilizar o nosso património natural, histórico e construído;

- satisfazer as necessidades básicas como as questões do saneamento básico e do abastecimento público de água;

- promover o desenvolvimento económico, em especial através do apoio e incentivo aos nossos pequenos e médios empresários, e da industrialização, sempre que possível, através da instalação de agro-indústrias (criando postos de trabalho e valorizando e escoando os produtos do sector primário);

- promover uma política de urbanização e construção de habitação de apoio aos casais jovens;

- conseguir uma melhoria do ensino, muito em especial através da criação de uma estrutura de ensino profissional e alargando, com qualidade, o pré-primário a todas as crianças do concelho;

- a promoção da prática cultural e desportiva, privilegiando a participação da população e das suas associações e colectividades na produção regular de actividades culturais e desportivas,

- a descentralização de meios e competências, com protocolos para todo um mandato, para as Juntas de Freguesia.

Porque é possível deixarmos de ser o concelho menos desenvolvido da região, porque temos potencialidades que nos diferenciam dos outros e que devem ser o principal motor da melhoria da nossa qualidade de vida, porque com objectivos claros e políticas correctas seremos capazes de mobilizar toda a nossa comunidade para a construção de uma vida melhor para todos.

A **CDU** não tem feito uma oposição de bota – abaixo, nem nunca o fará. Somos gente responsável que quer, primeiro que tudo, o bem-estar de todos os arouquenses. Mas, em momento de balanço, não podemos deixar de criticar o que pensamos estar mal, nem deixar de recordar algumas das nossas propostas fundamentais. Por isso mesmo e porque somos responsáveis, temos essa obrigação para com todos os arouquenses.

A COMISSÃO COORDENADORA CONCELHIA DE AROUCA